

# TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

## Ao todo, são 15 vagas para o cargo de juiz substituto e formação de cadastro reserva

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Sereje; e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nessa segunda-feira (25) o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto. O concurso – que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) – seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis. As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site [https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\\_ma\\_22\\_juiz](https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj_ma_22_juiz) (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos). Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas



DIVULGAÇÃO

As inscrições para o concurso serão realizadas de 27 de abril a 26 de maio

na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/

DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico [http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\\_ma\\_22\\_juiz](http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj_ma_22_juiz) (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico [sac@cebraspe.org.br](mailto:sac@cebraspe.org.br).

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico SRP nº 23/2022**  
**Processo nº 10.074/2022**

**Objeto:** Registro de Preços objetivando a Aquisição de SMARTTVS; **Abertura:** 10/05/2022 às 10:00 hs (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br); **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 25 de abril de 2022. **Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.**

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 25/2022 – SRP**  
**Processo nº 10615/2022**

**Objeto:** Aquisição de bebedouros do tipo coluna (garrafo de 20 litros); **Abertura:** 10/05/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br); **Fones:** (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 25 de abril de 2022. **André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEQUIMÃO - MA**  
**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022**

A Prefeitura Municipal de Bequimão – MA. Através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob o nº 003/2022, com objetivo de Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para fornecer Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais. Data da Abertura: 06/05/2022 às 10:00h. De acordo com a Lei 10.520/02, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto municipal e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie. O edital e seus anexos estão à disposição nos endereços eletrônicos: Portal do Município: [www.bequimao.ma.gov.br](http://www.bequimao.ma.gov.br), SACOP: <https://www6.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite/mural.zul> ou na sede da CPL, no mesmo local, onde serão também fornecidos elementos, informações e outros esclarecimentos sobre a Licitação, pelo e-mail: [cplbeq21@gmail.com](mailto:cplbeq21@gmail.com) ou telefone (98) 98444-8083. Bequimão–MA, 25 de abril de 2022. **Renan Lemos Gomes Pregoeiro.**

# BRK AMBIENTAL – MARANHÃO S.A.

CNPJ: 21.480.265/0001-04

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2021:** Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Paço do Lumiar, 14 de abril de 2022.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)		Passivo e patrimônio líquido		Demonstrações do resultado		Demonstração dos fluxos de caixa				
	2021	2020	2021	2020	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)			
<b>Ativo</b>					<b>Operações continuadas</b>		<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Circulante</b>					<b>Receitas líquidas de serviços (Nota 19 (a))</b>		<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	19.139	6.515	Fornecedores (Nota 11).....	9.912	4.002	123.027	85.557	Ajustes	(7.421)	(2.589)
Contas a receber, líquidas (Nota 6).....	36.703	30.122	Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1).....	1.773	132	(74.690)	(56.560)	Depreciação e amortização	4.536	3.578
Adiantamentos a fornecedores	96	104	Passivo de arrendamento (Nota 12.2).....	1.883	874	25.645	(16.448)	Amortização de ativo de direito de uso	2.418	1.890
Tributos a recuperar (Nota 7).....	5.350	124	Salários e encargos sociais (Nota 13).....	3.779	3.543	(17.465)	(11.981)	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados...	(313)	
Estoques	2.921	1.163	Tributos a pagar	1.030	1.046	(187)	(937)	Valor residual do ativo de direito de uso baixado	399	(397)
Outros ativos	280	209	Outros passivos	48		11.140	3.631	Perdas de créditos esperadas (Nota 19 (b))	17.465	11.981
	<b>64.489</b>	<b>38.237</b>		<b>18.425</b>	<b>9.597</b>			Provisão para contingências	1.536	1.390
<b>Não circulante</b>								Rendimento de aplicação financeira	(64)	
Contas a receber, líquidas (Nota 6).....	9.790	4.340	Emprestimos e financiamentos (Nota 12.1).....	51.564	54.757	1.617	2.809	Margem de construção	(888)	(453)
Fundos restritos	1.621		Passivo de arrendamento (Nota 12.2).....	1.857	4.510	(20.178)	(9.029)	Obrigações com benefícios pós-emprego	145	145
Imobilizado	30.327	28.206	Partes relacionadas (Nota 15).....	2.212	2.804	(18.561)	(6.220)	Ajuste a valor presente ("AVP").....	940	975
Ativo de direito de uso (Nota 9).....	5.440	8.923	Provisões para contingências (Nota 16).....	2.142	2.804			Juros e variações monetárias, líquidos	11.361	6.457
Depósitos judiciais	503	443	Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 17).....	384	1.074				30.114	22.977
Outros ativos	182	199	Outros passivos	96						
	<b>47.863</b>	<b>42.111</b>		<b>277.430</b>	<b>206.435</b>					
<b>Ativos de contrato (Nota 8)</b>	<b>23.368</b>	<b>94.148</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 18)</b>							
Ativo de direito de uso (Nota 9).....	3.611	5.684	Capital social	66.474	66.474					
Intangível (Nota 10).....	160.679	44.342	Ajuste de avaliação patrimonial	60	(543)					
	<b>235.559</b>	<b>186.375</b>	Prejuízos acumulados	(62.341)	(57.351)					
	<b>300.048</b>	<b>224.612</b>		<b>4.193</b>	<b>8.580</b>					
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>300.048</b>	<b>224.612</b>					

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021** (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Informações gerais:** A BRK Ambiental – Maranhão S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de outubro de 2014, com o objetivo de participar no capital social de outras sociedades empresárias e não empresárias, como sócia, acionista ou quotista. Em 28 de novembro de 2014 o objeto da Companhia foi alterado para explorar a concessão do serviço público de água e esgotamento sanitário nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, ambos no Estado do Maranhão. A sede da Companhia está localizada na Avenida 9, 15 – Quadra 76 – Maibão – Paço do Lumiar, Maranhão. Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o contrato de concessão junto ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico – CISAB, constituído pelos municípios São José de Ribamar e Paço do Lumiar. O contrato de concessão compreende os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, incluindo a gestão operacional das atividades, projetos, serviços e obras necessárias à complementação, adequação e modernização do sistema. A Companhia iniciou suas operações em 26 de janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de abril de 2022. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e é apresentada em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo

exercício social estão contempladas a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC 01 (R1)) e tal método requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na (Nota 2.15 (b)). **(d) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (a). **(e) Vida útil do ativo intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. **(f) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado

corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos dos processos não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento de créditos, implementando no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(g) Perdas de créditos esperadas:** A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerando su-

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental – Maranhão S.A.**  
Paço do Lumiar - MA.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Maranhão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRK Ambiental – Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; •

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de abril de 2022.

**DIRETORIA:**  
**Marcelo Braga de Araújo – Diretor Presidente**  
**Marcelo Luis Hagge de Almeida – Diretor**  
**Contador: Adeldo da Silva de Oliveira – CRC BA 028385/O-6**

*"As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos endereços eletrônicos: <https://jornalpequeno.com.br/> e <https://www.brkambiental.com.br/>."*

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Emerson Pompeu Bassetti**  
Contador  
CRC-1SP251558/O-0

EMBARGANTE: FRANCISCO DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO  
ADVOGADO(A): JOSE AUGUSTO GABINA DE OLIVEIRA  
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTOR(A)(ES): RITA DE CÁSSIA PEREIRA SOUZA  
RELATOR: **DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
**DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
PRESIDENTE DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**14ª SESSÃO VIRTUAL**  
**PAUTA DE JULGAMENTO SESSÃO VIRTUAL DO DIA 05 a 12/05/2022**

**PAUTA COMPLEMENTAR**  
**2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA**

SERÃO JULGADOS PELO(A) 2ª CÂMARA CRIMINAL EM SESSÃO VIRTUAL COM INÍCIO EM 05 DE MAIO DE 2022 ÀS 15H00MIN. COM FIM EM 12 DE MAIO DE 2022 ÀS 14H59MIN.

**OBSERVAÇÃO 1:** (Art. 388) § 2º O advogado que pretender fazer sustentação oral deverá manifestar-se antes do anúncio do julgamento do processo, ou, ainda, realizar sua inscrição pela internet, através do site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), quando não se tratar de sessão virtual.

No caso de processo incluído em pauta de sessão virtual: "(art. 346) § 1º As solicitações de retirada de pauta da sessão virtual, para fins de sustentação oral, deverão ser realizadas mediante peticionamento eletrônico nos autos, em até 24 horas de antecedência do horário previsto para abertura da sessão virtual.

**OBSERVAÇÃO 2: SR. ADVOGADO, O ACESSO NA SESSÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA, PARA FINS DE SUSTENTAÇÃO ORAL É REALIZADO PELA PLATAFORMA ZOOM, ATRAVÉS DO LINK ABAIXO, OU: \* SITE DO TJMA> ABA TRIBUNAL DE JUSTIÇA > SALAS VIRTUAIS > BUSCAR A SALA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA > ENTRAR E AGUARDAR AUTORIZAÇÃO.**

**29- AGRAVO REGIMENTAL NO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO Nº ÚNICO: 0802403-84.2022.8.10.0000 – SÃO LUÍS(MA)**

**AGRAVANTE : LUCAS LEITE RIBEIRO PORTO**  
**ADVOGADO : ALDENOR CUNHA REBOUÇAS JÚNIOR (OAB/MA 6755)**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
**RELATOR : DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

## Diretoria Administrativa

### Coordenadoria de Licitação e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO-CLCONT Nº 29, DE 25 DE ABRIL DE 2022

Código de validação: 8F5ABE4717  
AVISOLIC-CLCONT - 292022  
( relativo ao Processo 106152022 )

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico nº 25/2022 – SRP  
Processo nº 10615/2022

Objeto: Aquisição de bebedouros do tipo coluna (garrafão de 20 litros); Abertura: 10/05/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília); Local: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/); Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). Fones: 98 3261 6181 / 6194. São Luís, 25 de abril de 2022. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 25 de abril de 2022.

ANDRE DE SOUSA MORENO  
Pregoeiro Oficial  
Coordenadoria de Licitação e Contratos  
Matrícula 106567

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 25/04/2022 11:26 (ANDRE DE SOUSA MORENO)

AVISO DE LICITAÇÃO-CLCONT Nº 30, DE 25 DE ABRIL DE 2022

Código de validação: 59EFF441E0  
AVISOLIC-CLCONT - 302022